



**Projeto do senador
Wilder propõe criação
da multipropriedade**

**Wilder relata Comissão
de Segurança Pública
do Senado**



CERRADO



Goiânia, SEGUNDA, 4 de setembro de 2017

[f](#) [i](#) [t](#) /wildermorais



**O QUE É
ARTE?**

CULTURA / IDEIAS

Estética não é gosto



Visitante observa uma tela de Jean-Michel BASQUIAT, um dos grandes pintores da segunda metade do século 20. Muito mais do que gosto

J.C. GUIMARÃES

Será impossível discutir arte sem apelar para o “gosto”? Depende: se gosto é “critério”, estética também é, e estética prescinde do gosto. Mais que isso, estética é argumento, gosto não: gosto não tem conteúdo. O que o gosto normalmente chama de arte é mistificação. Portanto, não se enquadra no que a estética (domínio por excelência dos artistas) define como arte.

A confusão começa quando acham que define. E piora quando, diante de esforços sérios de compreensão da arte, muitas pessoas, à falta de argumentos, apelam para ofensas pessoais do tipo: “Isso é inveja”, “idiotice cult”, entre outras. Mas é inútil. O gosto não define o que é a arte para a História, para a Filosofia

e, principalmente, para os artistas que realmente importam.

É sintomático que nenhum grande artista ou grande escritor (veja bem: eu não disse “celebridade multimilionária”) faça referência a artistas ou a escritores menores. Rigorosamente todas as entrevistas de artistas realmente importantes (veja bem: não se disse “entrevista de críticos”), todas elas, ao citar outros artistas, citam apenas nomes que se encaixam no conceito aqui utilizado. Desafio qualquer leitor injuriado a provar o contrário. Não vale ter lido entrevistas de Paulo Coelho, Romero Britto ou Silvy Day. Isso é entretenimento fácil, evasão, escapismo. Feito para as pessoas que chegam em casa “cansadas e não querem saber de problemas”, querem apenas “descansar a ca-

beça”. Ouve-se este tipo de alegação o tempo todo.

Se a arte fosse se preocupar com a cabeça das pessoas ela deixaria de refletir a realidade e viraria analgésico, entorpecente. Justamente o que a indústria cultural, e não a arte, se propõe a fazer.

Os próprios artistas, aqueles que realmente importam, é que são “chatos”, quando convidados a revelar suas influências. Isso é sintomático e prova alguma coisa às pessoas razoáveis. O fato de só citarem outros artistas importantes é indício de que existe, objetivamente, um fenômeno chamado arte, que não depende de gosto. Porque não é coincidência que tais nomes invariavelmente só correspondam aos determinados artistas, e não de outros. É possível fazer até estatística, sobre isso! A arte, baseada

no gosto, é, no máximo, objeto da Sociologia, não da estética. É a Sociologia que define as carências sociais que alimentam essa arte menor, inteiramente subjetiva, sem fundamento, sem teoria, sem nada. Pode-se achar ruim, mas as opiniões em contrário só valem pra quem as tem. Já em torno da estética existem consensos universais.

Olhe só o contrário: “Gosto não se discute!” Grande parte das pessoas repete essa frase maquinalmente, sem pensar, o que só confirma tudo o que está sendo dito aqui, em desfavor justamente dos que a utilizam. Porque, em regra (eu disse “em regra”), quem apela para o gosto nunca se interessou por estética, Filosofia ou História da Arte, nem sequer lê ficção ou aprecia as obras consagradas como arte

por essa tríade, o que já bastaria. Como se vê, o gosto normalmente vai na contramão da arte. De acordo com o gosto uma obra pode ser “linda”, “eletrizante”, “emocionante”, mas, outra vez, não é arte. Quem apela para o gosto consegue, quando muito, acrescentar mais uma linha aos seus motivos, dizendo que a arte é “subjetiva e cada um tem o direito de gostar do que quiser”.

A segunda parte da frase subscreve-se integralmente. A primeira é puro desconhecimento. Não é verdade que a arte é tão subjetiva quanto o gosto, senão não teria produzido tantas teorias, aplicadas com rigor científico por meio das técnicas. Exceto o Dadaísmo, qualquer movimento literário ou artístico sério – Simbolismo, Cubismo, Naturalismo, Expressionismo, Abstracionismo, Realismo, Antropofagia etcetera – fundou uma nova teoria. Já o que o gosto chama de “arte” não gerou nenhum estudo sobre a técnica, a linguagem, a cor, a forma, a harmonia, o conteúdo, nada. Por definição é impossível ao gosto gerar conhecimento. Sendo irracional, nunca escreveu um só parágrafo, nunca refletiu nada nem nunca o fará. Por isso é mistificação.

Qualquer um pode gostar e tem o direito de gostar do que quiser; apenas, pela enésima vez, não dá para fazer confusão: aquilo que o gosto chama de arte...” (Cont.)

Continue lendo este conteúdo em: www.revistabula.com/8407-gosto-nao-e-qualidade-algo-nao-e-bom- apenas-porque-voce-gosta/

ECONOMIA

Projeto do senador Wilder propõe criação da multipropriedade



JOÃO CARVALHO

Para incrementar a compra e venda de imóveis e estimular o setor de turismo no Brasil, o senador Wilder Moraes apresentou projeto de lei que prevê a instituição da multipropriedade, iniciativa que permite, na prática, que mais de uma pessoa detenha a titularidade de um mesmo bem.

Trata-se de uma legislação nova para o setor e que, uma vez aprovada, vai permitir inúmeras possibilidades no mercado imobiliário. Segundo o senador Wilder Moraes, a multipropriedade per-

mite a dinamização do direito de propriedade no Brasil, fazendo com que várias pessoas sejam donas de uma mesma propriedade, mas tendo por diferencial em relação ao tradicional condomínio o fator tempo, na medida em que o titular da propriedade somente pode exercer o seu pleno direito de proprietário em determinados períodos de tempo, limitados e recorrentes.

“Essa legislação permite o revezamento do exercício do direito de propriedade pleno com outros tantos proprietários desse mesmo bem.

Em outros termos, é o compartilhamento de propriedade no tempo e não apenas no espaço”, explica o senador Wilder Moraes.

Novidade no Brasil, legislação com essa mesma característica já existe nos EUA desde a década de 60 do século passado, mas somente agora terá início a sua discussão no Congresso Nacional a partir do projeto do senador Wilder Moraes, que entende que essa lei tem potencial de dinamização da economia porque oferece acesso a bens que podem ser compartilhados com uma gama maior

de pessoas, facilitando o aumento da oferta e da procura, sem, no entanto, descaracterizar-se como direito real, com possibilidade de transferência inter-vivos ou causa mortis, bem como sujeita à hipoteca e à penhora.

“Por ser um tema novo no Brasil, a multipropriedade ainda gera muita desconfiança e insegurança jurídica por parte de investidores e de pessoas que querem adquirir um imóvel de forma compartilhada. Por isso apresentei esse projeto de lei, que foi discutido com juristas renomados e estudiosos do assunto,

o que dará tranquilidade aos investidores”, disse o senador Wilder.

Wilder avalia que o impacto maior, após aprovação do projeto, será nas cidades turísticas, onde as pessoas poderão comprar imóveis de forma compartilhada e combinar os períodos em que farão uso desse imóvel. De acordo com o senador, a cidade de Caldas Novas, que tem a maior estância termal da América Latina e a presença diária de milhares de turistas, verá o seu setor de habitação ser impactado positivamente assim que essa lei entrar em vigor.

O SENADOR WILDER NA MÍDIA


Diário da Manhã

+NOTÍCIAS OPINIÃO DMTV **DM/Cotidiano** encontre notícias...

Wilder relata comissão de Segurança Pública do Senado

Propostas polêmicas serão debatidas pela comissão legislativa mais importante

Postado por Tom Carlos em 4 de Setembro de 2017 às 09:28



País com uma das maiores taxas de crimes patrimoniais do mundo, maiores taxas de homicídios e violência contra a mulher, o Brasil precisa debater segurança pública com prioridade.

Tema que chegou a entrar na agenda política das eleições em 2016, a segurança acabou em segundo plano nos debates eleitorais.

O problema é, de fato, técnico. Daí a concentração de debates em torno do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), do Instituto Sengier e de vários órgãos públicos.

O Senado Federal foi o último a entrar no debate com a criação da Comissão Especial para a Segurança Pública. A partir da relatoria do senador Wilder Moraes, a intenção será estabelecer parâmetros de discussão do problema que já canaliza mais recursos públicos do que planejamento, meio ambiente e obras no país.

Wilder Moraes, em entrevista coletiva, disse que o relatório da Política Nacional de Segurança Pública, a ser debatido dentro da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, prevê a consulta pública aos mais renomados especialistas do Brasil e do mundo em segurança pública.

O senador pretende realizar o levantamento de estudos e avaliações elaboradas por entidades públicas e privadas sobre segurança pública no Brasil para, desta forma, potencializar a discussão do problema. "Existe muita produção científica, núcleos de estudo de violência, entidades sérias e competentes, enfim, gente que realmente se preocupa com o assunto".

Conforme Wilder, o mais importante é pautar uma rigorosa análise orçamentária e financeira da segurança pública a partir da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal (Conorf). "Final, gastamos bem nossos recursos? Acho que este é o primeiro tópico a ser respondido na relação entre segurança e recursos públicos".

RELATÓRIO

A ideia de Wilder: é submeter o relatório final para uma votação na CCJ e, desta forma, construir uma agenda de ações.

Estarão em pauta temas como revisão do Estatuto do Desarmamento, reestruturação do modelo de policiamento, descriminalização das drogas, redução da maioridade penal e prisão de traficantes de pequeno porte, dentre outros.

"O Tribunal de Contas da União colocou em números o que a população brasileira vem sentindo na pele: a falta de segurança nas ruas e o número alarmante de vítimas. Para se ter uma ideia, nosso país registrou mais vítimas de assassinatos nos últimos cinco anos do que a Guerra da Síria no mesmo período", observa.

Wilder critica a falta de investimentos que sempre existiu por parte do governo federal em Segurança Pública, empurrando para os Estados o problema. "É indignante constatar que a União gasta pouco com as políticas de segurança pública e é o cidadão o principal penalizado com isso. É frustrante ver tantas famílias reféns do medo", finaliza o senador Wilder.

6 GOIÂNIA, SEGUNDA-FEIRA, 4 DE SETEMBRO DE 2017 2017 | **PAGINA 6** COMPARTILHAR **Diário da Manhã** AVALIAR

AGROINDÚSTRIA

WANDELL SEIXAS

Fazendeiros querem conter roubos no campo

Aquisição de arma de fogo para moradores de zona rural anda no Senado



A violência no campo levou o senador Wilder Moraes (PP-AC) a apresentar um projeto visando a aquisição de arma de fogo para moradores de áreas rurais. O PLS 224/2017 é um dos 40 itens da pauta do próximo encontro da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), para esta semana.

Lideranças do segmento agropecuario ouvidas pelo Diário da Manhã se manifestaram a respeito. Os roubos e furtos são difíceis de catalogação mas conformam-se em violações clássicas supostas a casa do bilhão em todo o Brasil. Soem Goiás, a Faeg, SCSA e OCB-GO apontam mais de quinhentos registros de roubos e furtos de fertilizantes, agrotóxicos, máquinas e implementos agrícolas, gado de corte de leite, entre outros.

"O nosso objetivo é garantir o mínimo de segurança para as pessoas que estão no campo. Essas pessoas produzem alimentos, que já passam por todas as dificuldades na vida, possam ter o mínimo de segurança", avalia o senador Wilder Moraes em entrevista coletiva ao DM. O projeto de lei do senador Wilder Moraes assegura a aquisição de armas para todos os residentes em áreas rurais maiores de 21 anos.

"Se a União e o Estado não têm condições de proteger as pessoas e as suas propriedades, devem pelo menos que elas façam sua defesa. Todo bandido sabe que a chance de produzir ter armado (muito) pouca. Se o bandido sabe isso, que a propriedade tenha uma arma de fogo, com certeza, pensará duas vezes antes", afirma Wilder Moraes.

O relator Sérgio de Oliveira, mais conhecido por Peneco, é favorável à ideia e lembrou que quem vive em sítios e fazendas, em geral, está afastado dos centros urbanos, consequentemente, da abrangência de rotas de policiamento. Isso faz com que as famílias fiquem à mercê de criminosos e sem de muitos de defesa, observa o senador acreano.

ROUBO CINEMATOGRAFICO

Nordestino de Crateira, uma cidade do interior de São Paulo, e que detém um dos maiores pólos de irrigação mundial, Luiz Figueiredo, presidente da Associação dos Irrigantes do Estado de Goiás (AIEG), passou por uma situação digna dos melhores filmes de terror.

Carca de bandidos, fuzilantes armados, chegaram de repente de uma vez em sua propriedade rural no começo de janeiro exigiram os cofres depositados nas mãos da maioria dos 40 pessoas presentes naquele momento. O milímetro marcou 20 horas. Houve um seqüestro generalizado e não houve alarme, porque os assaltantes cercaram a cerca do sítio e entraram.

Aquela noite não foi mais de cinco milhões de reais em agrotóxicos, além de algumas armas de fogo. Fugiram com tudo o que tinham. Fugiram com tudo o que tinham. Fugiram com tudo o que tinham. Fugiram com tudo o que tinham.

Alcino Marinho, presidente do Sindicato Rural de Crateira, observou que "o bandido ao entrar numa fazenda precisa saber que estamos armados". Em sua opinião, o bandido também tem medo da vida. O agricultor reconhece que a "a insegurança está todo lugar, mas, apontado nas cidades pelo policiamento mais efetivo, os bandidos migram para o campo, onde a desproteção é maior. Marinho adota, além do seguro de vida, seguros também para as máquinas agrícolas e para os animais. "Sei caro, mas é mais recomendável", avalia.

EXODO ACENTUADO

Dardepes Barreto da Costa, diretor da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeag) e produtor de gado de leite em Itaberal, considera "paliativo" o uso de armas de fogo pelo produtor. Em sua opinião, a Patrulha Rural, de criação de uma parceria entre a Faeag, sindicatos rurais e a Secretaria de Segurança Pública, "dá sua contribuição" em alguns municípios. Ele diz da necessidade de telefone emergencial para essas circunstâncias. E diz taticamente: "O Estado rural, entre outros fatores, decorre da insegurança".

Agostinho Gonçaga, ex-presidente da Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura e pecuarista de gado de corte, manifesta-se igualmente favorável. "É uma necessidade de criar ou atualizar este sistema. É uma maneira de defesa pessoal e do seu patrimônio", observa, embora defenda critérios para a liberação do porte de arma. Alexandre Calzetta, produtor de trigo e cevada em Sítio, vai pelo mesmo caminho, entendendo que "a família sem o patrimônio deva estar sem a mínima proteção".

Gilson Costa, pecuarista de gado de leite em Itaberal, já foi vítima de "sequestro do albatroz". Máquinas agrícolas, de origem holandesa, foram abaratas apenas para fornecimento de carne. Uma máquina usada costumava valer mais de R\$5 milhões. Essa situação comum nas fazendas. Há, ainda, vítimas de ladrões de tratores, colheitadeiras e implementos agrícolas.




O projeto de lei do senador Wilder Moraes assegura a aquisição de armas para todos os residentes em áreas rurais maiores de 21 anos.

Luiz Figueiredo, presidente da Associação dos Irrigantes do Estado de Goiás (AIEG), passou por uma situação digna dos melhores filmes de terror.

1 POLICIAL para cada 300 habitantes

Conheça o Projeto de Lei 391/2015 do Senador Wilder Moraes

Biblioteca Bernardo Élis

wildermorais.com.br/biblioteca



f i t /wildermorais

No escritório do mandato, em Goiânia
Rua 88, nº 613, Qd. F-36, Lt. 06-81,
Setor Sul – CEP 74-085-115.
Telefone: (62) 3638-0080/(62) 3945-0041